

Gestão documental
gerencia acervo

Página 2

Desembargadoras
são nomeadas

Página 3

Presidente defende
seguro-desemprego
para safristas

Página 7

Tribunal e Jucepe enfatizam vantagens da consulta eletrônica

O convênio estabelecido entre o TRT6 e a Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe) foi rediscutido pela presidente, desembargadora Eneida Melo, e o secretário-geral da Jucepe, José Armando, para reforçar o uso da consulta eletrônica ao cadastro de empresas pelos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região. Com o convênio, firmado entre os dois órgãos em 2003 e que recebeu aditamentos, as Varas do Trabalho (VTs) têm acesso ao sistema virtual de informação i-GED (Gerenciador Eletrônico de Documentos) da Jucepe, podendo consultar a relação de empresas e seus proprietários, o que torna mais eficaz e ágil a execução processual, permitindo uma maior celeridade na resolução dos conflitos trabalhistas. Também participaram do encontro os desembargadores André Genn e Ivanildo Andrade, vice-presidente e corregedor do TRT6, o secretário-geral da Presidência, Alberto Viana, e o diretor jurídico da Jucepe, Bruno Brennand.



Processo eletrônico é prioridade

A Secretaria de Informática (SI) do TRT6 vem centrando esforços em ações estruturadoras que servirão de alicerce para a implantação do processo eletrônico no âmbito

do Regional pernambucano. São iniciativas voltadas à infraestrutura do datacenter do Tribunal (computadores servidores), à infraestrutura das Varas do Trabalho

(equipamentos de micro-informática, reformas das redes elétrica e lógica), e à infraestrutura das redes de comunicação.

Páginas 4, 5 e 6

Gestão documental e memória



Marcília Gama

Historiadora e Especialista em Arquivo,
Coordenadora de Gestão Documental e Memória do TRT-6ª

Os arquivos, como celeiro de informações, são essenciais ao funcionamento eficaz da administração, seja no setor público ou no privado, além de constituírem legítimos registros da memória institucional e da história de um povo. Nas últimas décadas, vêm desempenhando um papel imprescindível na sociedade moderna, mas ao mesmo tempo são objeto de preocupações, de práticas equivocadas, e do descarte indiscriminado.

A Lei Federal 8.169, de 08 de janeiro de 1991, conceitua no art. 3º: "Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente."

Nessa perspectiva, o gerenciamento arquivístico, pressupõe a implementação de uma política de gestão, que contemple da produção ao controle documental, seja em suporte papel ou em meio eletrônico, nas fases corrente, intermediária e permanente.

Quando se trata de gestão documental, espera-se a adoção de procedimentos teórico-metodológicos, numa perspectiva (inter) e multidisciplinar, associando conteúdos da Arquivologia, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação. Nesse sentido, é necessária a aplicação de

ações integradas de planejamento de curto, médio e longo prazo, ancoradas na definição de normas e procedimentos a serem adotados em relação aos arquivos, como: criação de uma infraestrutura física de armazenamento adequada ao volume documental, à captação de recursos materiais à manutenção dos arquivos; a estruturação de um quadro de pessoal capacitado; adoção de novas tecnologias da informação de gerenciamento eletrônico de documentos, associada à elaboração e uso da Tabela de Temporalidade e, sobretudo, a disseminação de uma nova cultura quanto à custódia do patrimônio documental institucional.

O TRT da 6ª Região dá um importante passo na efetivação dessas ações, por meio da criação da Coordenação de Gestão Documental e Memória, que visa a empreender uma nova política de gerenciamento de seu acervo documental, buscando racionalizar a produção documental da instituição, sem pôr em risco a preservação de sua memória.

E, como resultado prático dessa iniciativa, está programando, com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, para setembro de 2009, em três módulos, um curso de capacitação em Gestão Documental, destinado aos servidores administrativos, do Arquivo-Geral e das Varas e à Comissão de Gestão de Avaliação Documental, visando à elaboração

da Tabela de Temporalidade do Órgão e, em novembro próximo, a realização do Fórum Regional de Arquivos Judiciais, em parceria com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e o Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a presença de profissionais renomados do Poder Judiciário de outros estados, que contribuirão, com sua experiência, na formação continuada dos servidores envolvidos com a produção, tramitação e arquivamento final dos documentos deste Tribunal.

Jornal do TRT da 6ª Região

Cais do Apolo, 739 Bairro do Recife
50.030-902 Recife PE
Imprensa: 81-2129.2020 imprensa@trt6.gov.br

PRESIDENTE

Eneida Melo Correia de Araújo

VICE-PRESIDENTE

André Genn de Assunção Barros

CORREGEDOR

Ivanildo da Cunha Andrade

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO

Gilvan Caldas de Sá Barreto
Nelson Soares Júnior
Josélia Morais da Costa
Zeneide Gomes da Costa
Eneida Melo Correia de Araújo
Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel
André Genn de Assunção Barros
Ivanildo da Cunha Andrade
Gisane Barbosa de Araújo
Pedro Paulo Pereira Nóbrega
Virginia Malta Canavaro
Valéria Gondim Sampaio
Ivan de Souza Valença Alves
Valdir José Silva de Carvalho
Acácio Júlio Kezen Caldeira
Dionê Nunes Furtado da Silva
Dinah Figueirêdo Bernardo
Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino

SECRETÁRIO-GERAL DA PRESIDÊNCIA

José Alberto Alves Viana

DIRETOR-GERAL

Wladimir de Souza Rolim

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO

Nyédja Menezes Soares de Azevedo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lydia Barros

REDATORAS

Lydia Barros / Maria Alice Amorim

REVISÃO

Eugenio Pacelli

FOTOGRAFIA

Stela Maris / Eugenio Pacelli
Maria Alice Amorim / Siddharta Campos

PROJETO GRÁFICO

Simone Freire

DIAGRAMAÇÃO

Simone Freire / Siddharta Campos

IMPRESSÃO

Imprima Soluções Gráficas LTDA - ME
(Tiragem: 1.500 exemplares)

Duas novas desembargadoras nomeadas para o Tribunal Regional do Trabalho

As juízas Dinah Figueirêdo e Clara Saboya são as novas desembargadoras do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região (TRT6). Com as nomeações, publicadas no Diário Oficial da União de 16 de julho, assinadas pelo presidente da República, o TRT completa novamente seu Tribunal Pleno, composto por 18 desembargadores e que estava com duas vagas, em decorrência de aposentadorias.

No intervalo entre as aposentadorias dos desembargadores e a nomeação das novas, o Tribunal convocou juízes titulares de Varas do Trabalho para atuarem no Tribunal Pleno e nas turmas do



Presidente Eneida Melo com as recém-nomeadas

Tribunal Regional do Trabalho.

Dinah Figueirêdo foi promovida pelo critério de antiguidade e ocupa a vaga decorrente da aposentadoria de Lourdes Cabral. Já Clara Saboya,

promovida pelo critério de merecimento, ocupa o lugar que surgiu com a aposentadoria de Josias Figueirêdo. As duas novas desembargadoras passam a integrar a 1ª turma do TRT6.



DINAH FIGUEIRÊDO

Dinah Figueirêdo Bernardo ingressou no TRT da 6ª Região em janeiro de 1981, quando assumiu o cargo de auxiliar judiciário, após aprovação em concurso público. Em 1987 foi nomeada para o cargo de juiz do trabalho substituto da 13ª Região, retornando a este Regional em 1988, por novo concurso, como juíza substituta. Presidiu as JCs de Salgueiro, Pesqueira, Catende, Vitória de Santo Antão e Igarassu. Antes da nomeação para o cargo de desembargadora, era juíza titular da 15ª Vara do Trabalho do Recife desde o ano de 1996.

CLARA SABOYA

Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino ingressou no TRT 6 no quadro de auxiliar judiciário, aprovada em concurso público no ano de 1984. Mediante progressão funcional foi nomeada técnico judiciário em 1987. Aprovada no cargo de juiz do trabalho substituto, tomou posse e entrou em exercício em 1988. Presidiu a Junta de Conciliação e Julgamento de Arapiraca-AL, a de Escada e, atualmente, era juíza titular da 4ª Vara do Trabalho do Recife.



VT de Igarassu vai inaugurar processo eletrônico

Tribunal investe em ações estruturadoras para garantir a implantação do sistema com uma experiência-piloto

A Secretaria de Informática (SI) do TRT6 vem centrando esforços em ações estruturadoras que servirão de alicerce para a implantação do processo eletrônico no âmbito do Regional pernambucano. São iniciativas voltadas à infraestrutura do datacenter do Tribunal (computadores servidores), à infraestrutura das Varas do Trabalho (equipamentos de microinformática, reformas das redes elétrica e lógica), e à infraestrutura das redes de comunicação. Paralelamente, a Informática está correndo para adaptar os sistemas judiciários do Tribunal ao formato definido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), visando à publicação no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho; e, ainda, à implantação do depósito judicial eletrônico, projeto que é fruto de um convênio com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, e que já se encontra em fase de testes.

O processo eletrônico é prioridade total na 6ª Região. Tanto que, ao invés de aguardar o lançamento do último módulo do Sistema Único de Administração de Pessoal (SUAP), previsto para



Equipe da Secretaria de Informática dá prioridade a ações estruturadoras

daqui a 30 meses, quando finalmente será informatizado e padronizado o conjunto de procedimentos que resultará na total migração de sistemas – do papel para o eletrônico – perseguida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), o TRT de Pernambuco se antecipa trazendo para o Estado a experiência da Justiça Trabalhista da Paraíba. Na 13ª Região, as nove VTs da capital João Pessoa e as duas de Santa Rita já estão trabalhando com o processo eletrônico, por meio de um sistema desenvolvido pelo Tribunal, que é pioneiro no Brasil.

“Buscamos o sistema da Paraíba, antes do sistema nacional, porque entendemos que é importante implantar o mais rapidamente possível a cultura do

processo eletrônico; esse é o nosso grande desafio. Depois, teremos apenas que trocar as ferramentas”, esclarece Adriano Pinheiro, diretor da Secretaria da Informática do TRT6, ressaltando que o esforço de migração do sistema paraibano para o nacional, quando acontecer, será compartilhado pelas equipes da 13ª e 6ª Regiões, o que facilitará ainda mais a operação. Em Pernambuco, o processo eletrônico terá na VT de Igarassu uma experiência-piloto. Juiz e servidores daquela unidade jurisdicional passarão por treinamento para lidar com os novos processos eletrônicos, assim como para digitalizar os antigos. “Na Paraíba, foram digitalizados inicialmente os processos na fase de conhecimento, mas aqui a VT de

ônico no TRT da 6ª Região



Sérgio Limeira: máquinas gerenciam bancos de dados de todo o Regional

Igarassu vai decidir a partir de que ponto o processo vai seguir eletronicamente, ou se será totalmente digitalizado”, adianta Adriano.

A expectativa é de que no prazo máximo de 30 meses, tempo projetado para a implantação final do SUAP nacional, todas as VTs do TRT da 6ª Região estejam operando com o sistema desenvolvido pelo Tribunal da Paraíba, que, então, deverá ser substituído. “O ganho de produtividade com o processo eletrônico, já confirmado por

estatísticas, é realmente impressionante. O sistema contribui para a diminuição de prazos e para um maior controle dos processos”, argumenta o diretor da Secretaria de Informática, que contabiliza, como conquistas recentes da 6ª Região, entre outras, a implantação da assinatura digital nos Agravos de Instrumentos e Recursos de Revista, e a conclusão, em todas as VTs do Estado, da Tabela de Movimentação Processual Unificada.

Continua na página 6



BOAS NOVAS

- O TRT6 introduzirá a assinatura eletrônica nos acórdãos, ainda este semestre
- A partir de agosto, as publicações do TRT6 serão editadas no Diário Eletrônico da JT; durante 60 dias, a publicação será concomitante com o Diário Oficial editado pela CEPE (Companhia Editora de Pernambuco), depois, o contrato com a CEPE será cancelado
- A t e n d e n d o a determinação do CNJ, a partir de 2010 os processos terão numeração única no formato do TST, e os antigos terão uma regra de conversão visando à padronização
- Será disponibilizado no site do TRT6 formulário para o pagamento do depósito judicial eletrônico (primeiro passo para implantação do alvará eletrônico)
- A SI desenvolveu e disponibilizou relatórios gerenciais para uso das VTs, já disponíveis na Intranet

Novidades digitais aceleram mudança de cultura

Além do trabalho de migração dos dados do TRT6 para o sistema da Paraíba, a Secretaria de Informática dá seguimento a projetos paralelos fundamentais à era eletrônica que se anuncia. A reformulação do site do Tribunal da 6ª Região, que se transformará em portal de serviços, é o primeiro deles, uma vez que a implantação do processo eletrônico promete trazer maiores demandas de acesso, inclusive dos advogados, que poderão protocolizar as petições iniciais através do portal, junto com os demais documentos que, atualmente, eles já juntam digitalmente. “O portal, naturalmente, terá mais conteúdo e, por isso mesmo, precisará de mais robustez e disponibilidade. Hoje, o nosso site tem uma quantidade grande de acesso, mas as novas aplicações e serviços trazidos pelo processo eletrônico aumentarão ainda mais a demanda”, explica Adriano Pinheiro.

O trabalho de remodelamento do site do TRT6, que, graças a um esforço da equipe da SI nos últimos meses, hoje permite a consulta de pautas e acórdãos, da 1ª e 2ª instâncias, garantirá ao usuário a consulta processual eletrônica e o acesso ao processo em si. “Tudo será remoto. Se o advogado quiser, só precisará ir às Varas para as audiências”, afirma Adriano, lembrando que os advogados serão capacitados, por

meio de workshops oferecidos pelo TRT, para lidar com a nova realidade operacional, e que contarão com uma infraestrutura básica – computador e scanner – nas Varas Trabalhistas.

Adriano afirma que a Secretaria de Informática está driblando as limitações orçamentárias do TRT para avançar com os projetos estratégicos. A obsolescência dos equipamentos do Tribunal, por exemplo, é uma dos problemas enfrentados pela equipe de manutenção, que precisa cumprir uma agenda permanente de viagens para fazer atendimentos, às vezes banais, como para retirada de vírus dos computadores. “Ainda este ano, vamos renovar cerca de 50% dos micros obsoletos e fazer um upgrade de memória no restante. Também serão substituídas as impressoras matriciais que tiverem mais de cinco anos de uso. É um trabalho que demanda tempo, sobretudo porque o processo de instalação desses equipamentos é demorado, uma vez que nossas equipes são reduzidas”, explica o diretor da SI.

Na corrida para implantação do processo eletrônico, além de modernizar a microinformática do Tribunal, é necessário reformar a estrutura física das redes elétrica e lógica das unidades jurisdicionais – o que já vem sendo feito nas VTs – e, naturalmente, instalar a infraestrutura necessária para o armazenamento seguro do processo



Adriano Pinheiro dirige a SI

eletrônico. “O novo datacenter, que deve ser instalado até outubro próximo, será o aporte seguro para os dados do processo eletrônico”, esclarece Adriano, lembrando que a montagem do Data Center inclui a instalação de armários seguros contra fogo, inundações e ações de vandalismo; instalação de um novo gerador de energia e de nobreaks especiais.

A SI também está formando uma equipe para cuidar da Segurança da Informação no Tribunal, que se juntará aos núcleos de atendimento, desenvolvimento de infraestrutura de TI. A ideia é regulamentar a utilização dos sistemas com a implantação de uma política de segurança para o uso dos recursos da informática. “A partir do momento que fizermos esse controle, estaremos diminuindo a probabilidade de entrada de vírus nos sistemas, e, principalmente, aumentando a disponibilidade das redes de comunicação”, comemora Adriano Pinheiro.

Eneida Melo defende seguro-desemprego para trabalhadores safristas

Foi assinado na sexta-feira, dia 3 de julho, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do setor sucroalcooleiro, representado por 22 usinas de açúcar de Pernambuco, que se comprometeram a garantir melhores condições de trabalho aos cerca de 100 mil trabalhadores rurais do Estado. A assinatura do documento aconteceu no Palácio do Campo das Princesas, referendada pelo governador Eduardo Campos, com as participações da presidente do TRT da 6ª Região, desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo; do procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, do vice-procurador geral do Trabalho, Jeferson Pereira; do presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, e do diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetape), José Rodrigues, além de parlamentares, procuradores do Trabalho e autoridades da área jurídica.

Em um discurso emocionado, a desembargadora Eneida Melo ressaltou a importância simbólica do ato, enfatizando o empenho incessante do Ministério Público do Trabalho no combate às irregularidades trabalhistas no setor sucroalcooleiro em todo o Estado, e a “mensagem” que os



Governador Eduardo Campos referendando o TAC. Desembargadora Eneida Melo e juíza Virgínia Bahia participaram da cerimônia.

empresários davam com a adesão ao documento, na direção do entendimento. “Este TAC tem representação efetiva, é um ato de vontade dos empresários, que assumem a responsabilidade de seguirem normas rígidas e mais seguras, tanto para eles quanto para os trabalhadores”. Eneida Melo defendeu a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores rurais, no período de entressafra da cana-de-açúcar, comprometendo-se a redigir de próprio punho um documento a ser entregue, por meio do governador Eduardo Campos, ao presidente Lula. “Temos que garantir as normas que impeçam a degradação do nosso trabalhador”, afirmou.

Em sua fala, o governador Eduardo Campos destacou a alegria de estar vivendo um momento histórico,

rico de símbolos, lembrando que, a partir da assinatura desse TAC, ficará mais fácil fazer outros ajustes para o setor, referindo-se à infraestrutura e à logística que, sobretudo a partir da década de 1990, foram negadas ao Estado, condenando o setor sucroalcooleiro pernambucano ao atraso. “São 500 anos de história, muitas questões, falhas e incompreensões foram herdadas por nós, mas é preciso entregar outra Zona da Mata às próximas gerações. Temos que retomar a capacidade de empreender e sobreviver, derrubar preconceitos e afirmar conceitos”, discursou Eduardo Campos, convocando o setor público, as autoridades da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico a assumirem sua parte nesse compromisso com o setor.

Servidora dá lição de determinação e atitude

Técnica judiciária do TRT6 desde 2006, onde ingressou por concurso público, Sheila Belo Madeiro segue abrindo portas e driblando preconceitos

Lotada no gabinete do desembargador Gilvan Caldas de Sá Barreto, a servidora Sheila Belo Madeiro, bacharela em Direito desde 2005, costuma citar a Constituição para lembrar a importância de se tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Ela conhece bem o significado dessa premissa. Portadora de deficiência visual, em função de um glaucoma congênito, Sheila ingressou no TRT da 6ª

Região por concurso público, em 2006, no cargo de técnico judiciário. Passou pela Secretaria de Recursos Humanos, pela 4ª Vara do Trabalho do Recife e

administra uma rotina de trabalho que inclui publicação de acórdãos, digitalização de peças e sentenças, e sugestões de voto. O computador, no qual foram instalados um programa de voz e um scanner que possibilita a digitalização de processos, é a sua garantia

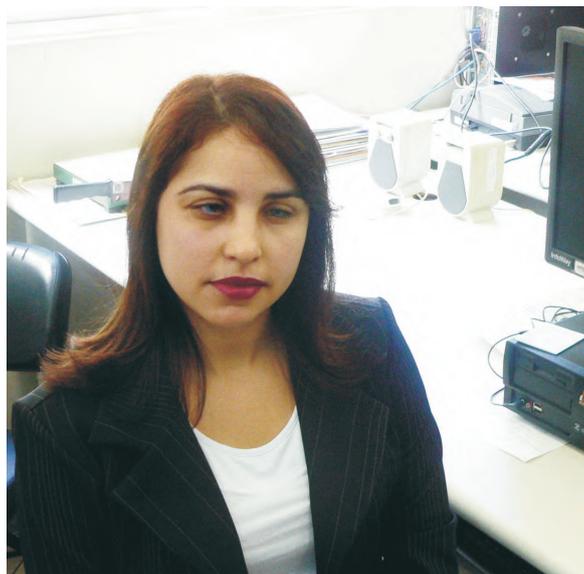
de acessibilidade. “É preciso que se entenda que o meu desempenho deve ser medido muito mais em qualidade do que em quantidade.”, diz.

Fundamental, nesses casos, é que sejam oferecidas as ferramentas de trabalho necessárias, de acordo com cada caso, para que uma pessoa com necessidades especiais possa desempenhar bem as suas funções. “Embora existam leis que garantam a

inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, há um preconceito enorme porque as pessoas partem do princípio de que

você é limitado até mesmo intelectualmente, e isso precisa ser superado”, afirma Sheila.

No começo, não foi fácil. Sheila ficou lotada um mês na SRH, “sem função específica”. Passou por outra unidade, onde permaneceu até ser removida para o gabinete do



Para Sheila, formada em Direito, o diagnóstico de glaucoma congênito não impede o pleno desempenho de suas funções

desembargador Gilvan Barreto “uma pessoa que enxerga além de suas próprias “paredes” porque é capaz de se perceber no outro, pois, sem nenhuma reserva, não hesitou em me oferecer uma oportunidade, e que chegou a abrir mão de uma área do seu espaço privativo para me receber”, afirma. Sheila continua, dizendo que a sua garantia de acessibilidade plena somente pôde ver concretizada por causa de Dr. Gilvan Barreto, que ela define como “um cidadão, antes de ser magistrado”. Também agradece à Dra. Simone Aguiar (Coordenação de Saúde), pela sua total dedicação em instalá-la de forma adequada a suas necessidades especiais. Agradece, ainda, a todos os colegas do gabinete, pelo carinho e compreensão.

Programa de voz garante acessibilidade ao computador